



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 8/2005

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO
DE 2005: -----**

----- Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exmos. Srs. Luís Filipe Cruz Barreto, 1.º Secretário, e o Sr. Dr. José Manuel Fernandes Balugas, 2º Secretário, em substituição do Sr. Eng. Tony de Jesus Ventura. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Eng. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng. Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora da Cruz Acena, Narciso Patrão António, Pedro Nunes, Paulo Manuel Reigota dos Santos, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, João Luís dos Santos Marques de Pinho, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luís Manuel Neves Rocha, António Aquiles Ribeiro Cainé e Mário de Jesus Manata, não tendo comparecido os Srs. Deputados Eng. Tony Ventura, Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Eng. Tony de Jesus Ventura, Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- **RECOMPOSIÇÃO DA MESA:**-----

----- Tendo faltado à sessão o Sr. Eng.º Tony Ventura, o sr. Dr. Gabriel da Frada procedeu à recomposição da Mesa, tendo integrado a mesma o Sr. deputado Dr. José Manuel Fernandes Balugas que assumiu as funções de 2.º Secretário.-----

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foram postas à aprovação as actas das sessões anteriores, realizadas em 29 de Abril (sessão ordinária), 06 de Junho (sessão extraordinária), 29 de Junho (sessão ordinária) e 08 de Agosto (sessão extraordinária), tendo sido **aprovadas por unanimidade** as actas de 29 de Abril e a de 29 de Junho e **aprovadas por maioria** as actas de 06 de Junho, com 1 abstenção da Profª Maria Elzita de Miranda Seixas, por não ter estado presente e a de 08 de Agosto, com 1 abstenção do Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, também por não ter estado presente. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Inscrito para usar da palavra, interveio o Sr. Pedro Nunes que começou por dizer que estavam num período difícil e como tal, esperava que as suas palavras não fossem tidas como campanha dentro daquela sala de sessões. Manifestou publicamente o seu protesto, quanto à posição tomada e assumida pelos Vereadores do Partido Socialista na sessão do executivo de 26 de Julho; disse que, na sessão ordinária de Fevereiro tinha sido distribuído por ele, uma declaração relacionada com a demolição de uma casa que herdou dos seus pais, para ceder espaço necessário à execução de passeios na estrada municipal 1001, mais concretamente no Areão; disse tê-lo feito como cidadão porque tal, melhorou bastante a visibilidade no cruzamento em causa e a segurança de todos quantos ali passam; fê-lo em nome da transparência para que não houvesse qualquer suspeição de aproveitamento pessoal em termos financeiros pela cedência do terreno necessário à execução dos ditos passeios, cuja declaração dizia o seguinte “ *autorizo a Câmara Municipal de Mira a proceder à demolição parcial do mesmo, necessária à execução de passeios exigindo como contrapartida que a referida Câmara execute muros de vedação junto à estrada municipal e uns arrumos (barracão), para guardar lenhas e alfaias cuja área deverá ser inferior a 50% da área demolida*”; disse ainda que foi feita uma divisão com vinte e poucos m², com um portão de dois metros e qualquer coisa que custou ou irá custar a este executivo a importância de 2.800,00 €; não exigiu que fosse pintado, nem a electricidade que lá estava exigiu que fosse repostada porque mais ano menos ano tudo aquilo será de facto para demolir, mas para já não gostaria de ver a casa que foi dos seus pais ficar num amontoado e que a própria rua ficasse com o mínimo de dignidade, foi isto apenas que pediu; posto isto, viu com muito espanto que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

os Srs. Vereadores Dr. Agostinho, José Alberto Mesquita e Dr. João Reigota, votaram contra o pagamento daquela importância; disse ficar ali o seu repúdio por uma atitude daquelas, como um simples cidadão de Mira e como homem digno disse não ser correcta tal atitude; quis que ficasse publicamente dito na mesma sala que em Fevereiro tinha feito passar a declaração de autorização, disse ainda que tal atitude não é justa para com a sua pessoa. Para terminar, congratulou-se na pessoa do Técnico Sr. Eng.º Rui Silva, pelo trabalho que propôs que fosse ali feito, fazendo com que a segurança melhorasse bastante, ficando assim a ganhar o povo Mira. -----

----- Usou da palavra o Sr. Luís Pinho que começou por pedir ao executivo que transmitisse à Assembleia, o saldo do Parque de Campismo nos últimos três anos e colocou esta questão porque disse que, para um executivo em como se sabe, a aposta no Eco Turismo e no Ambiente foi sempre vista com bons olhos, mas durante três anos disse que lhe pareceu ter havido uma regressão a nível do acesso e do nº de visitantes; como se sabe, no primeiro ano foram propostas medidas para aquela zona, durante o primeiro e o segundo ano surgiram as medidas e depois disse que nada foi feito; assim o Sr. Luís Pinho disse ainda querer saber se de facto não houve vontade política, não houve verbas, o que faltou para que aquele parque de campismo tivesse recebido as melhorias que foram publicitadas e propagandeadas; terminou querendo saber se realmente as receitas do Parque aumentaram ou diminuíram efectivamente, neste período dos últimos três anos. -----

----- Usou da palavra o Sr. Carlos Alberto Milheirão que começou por dizer que tem três assuntos para ali expor, um dos quais já tinha sido, de certo modo, dito pelo Sr.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Deputado Pedro Nunes, que é relativamente à estrada da Barra; após alguma contestação da sua parte relativamente a duas divisórias existentes na curva, finalmente reconheceu que ficou bem após a sinalização, tendo dado os parabéns e as suas felicitações ao mentor daquela obra; pena é que, os bocados de passeio que foram feitos na curva do Sr. Domingues Laranjeiro, não tivessem continuado até à ponte ao pé do “Manequim”, é pena também que na parte mais urbana da Barra, os passeios não tivessem chegado ao fim da freguesia, ao sul da estrada da Barra. Por outro lado disse que, gostaria de saber porquê que o passeio à volta do Centro Cultural da Praia de Mira foi começado, foi deixado a meio e não foi acabado; lamentou o facto de ter passado mais um verão com a obra feita até meio e não ter sido de facto acabado. Relativamente aos passeios da Lagoa, foi feita a calçada portuguesa nos passeios entre Mira e a Lagoa, calçada essa que tem sido destruída várias vezes por camiões que passam com materiais, assim como outros carros; disse ainda ter reparado que andam a recalçar o que estava partido e que gostaria de saber se é por conta de quem estragou ou se é por conta do Município. Para terminar, questionou e pediu ao executivo para esclarecer exactamente o que se passa relativamente aos lotes da Videira Norte; disse haver uma confusão qualquer no “ar” de suposta venda ou ameaça de venda por parte do concelho directivo, a preços mais baratos que a Câmara Municipal; assim, o Sr. Deputado disse que gostaria de saber se o Executivo está ao corrente do assunto e o que tem a dizer sobre o mesmo. -
----- O Sr. Prof. Ramiro Acena usou da palavra e começou por referir que a limpeza dos cursos de água era para ter sido feita “ontem”, já no ano passado foi prometido, que era obra para ser feita; que já tinham sido feitas naquela sala algumas reuniões sobre um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

projecto para limpeza dos cursos de água e das albufeiras em Mira; que, os jacintos de água continuam a proliferar sem parar; que, gostaria de saber o que realmente se passa, porquê tanta incúria e a quem se deve apontar o dedo, crê que não será só a Câmara Municipal, mas que esta terá uma grande responsabilidade; explicou que, para quem não está ao corrente é muito simples, não é necessário andar muitos quilómetros para visitar os cursos de água e verificar que está tudo coberto com jacintos de água e silvas, isto leva as pessoas a interrogarem-se porquê tanta incúria e ninguém a fazer nada; em relação a este assunto disse que gostaria de ter um esclarecimento por parte do executivo. Disse ainda não conseguir acatar a decisão tomada pelo executivo, que para construir uma obra, ter posto outra obra nova abaixo, referindo-se assim ao Mercado; é uma coisa que está feita, dá-lhe pena e não querendo ser repetitivo é a ultima vez que ali fala nele; na sua opinião como já estava feito, havia só que aproveitar ou adaptá-lo a uma nova Casa da Criança, quando lá passou verificou que existia um derreter de material que o incomodou bastante. No tocante a outro assunto disse, sentir-se contente por ser a última Assembleia em que participa, porque criticar um trabalho ou uma decisão não é para o Sr. Deputado tarefa fácil, nunca o fez com a intenção de magoar alguém, mas com o objectivo de valorizar a sua terra; disse ainda que os valores amizade, e cordialidade entre as pessoas estão acima de tudo e têm um peso muito grande, tendo sido penoso para ele, assumir aquela função, quer no mandato anterior, quer neste, na oposição; congratula-se pela maneira cordial e simpática como sempre foi tratado, quer pela oposição, quer pelos seus colegas de bancada, disse ver em todos eles um amigo; desejou que nesta altura quente da luta partidária, onde são geradas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

desinteligências e ofensas, que esta época seja lúcida e breve e que nunca suscite ódio entre cada um. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Nelson para dizer que a intervenção do Sr. Pedro Nunes tinha sido marcadamente pessoal, onde demonstrou a indignação perante aquilo que considera ter sido uma injustiça; o Sr. Vereador disse que o Sr. Pedro Nunes facilitou o trabalho do Município; não quis contudo, entrar em polémicas porque muitas vezes na luta político-partidária entram por campos que depois se vêm a arrepender; que, na intervenção do Sr. Prof.º Ramiro tinha ficado bem explícito e foi bastante exemplificadora daquilo que devem ser as suas actividades; enquanto munícipe agradeceu ao Sr. Pedro Nunes e a outros “Pedros Nunes” que felizmente vai havendo por este Município e que põem o bem comum acima dos interesses pessoais; era a casa dos pais, por isso não só tem um valor efectivo do que lá estava, mas também um valor afectivo. Relativamente ao bom trabalho executado por um Técnico Municipal, como foi referido na intervenção do Sr. Pedro Nunes, disse que os Autarcas vão passando e os Técnicos ficam e como tal é sempre bom para um Autarca, seja ele qual for, haver boas referências dos Técnicos municipais e dos trabalhadores do Município que muitas vezes são injustiçados por razões que não se compreendem. No tocante à intervenção do Sr. Deputado João Luís, o Sr. Vereador pediu que lhe fosse dada a oportunidade de trazer os saldos, uma vez que não os tinha consigo; relativamente às melhorias e uma vez que tinha trabalhado naquele projecto explicou que, naquele momento encontram-se dois projectos na CCDR que têm incluída uma clausula que diz só haver adjudicação no caso de haver financiamento porque falando em contos os dois projectos andam na ordem



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dos 400.000; um para construção de 21 Bungalows na margem do Lago e outro para o reordenamento do Parque de Campismo com o objectivo de valoriza-lo numa óptica de diminuir a carga e manter a receita à custa da valorização e da qualidade que também é importante para o Município, não deixando de parte as vantagens ambientais, que disse, serem evidentes; os projectos em causa, foram candidatados ao Programa Operacional do Ambiente, que se esperava que tivessem sido reforçados na reprogramação do Plano Operacional do Centro, do III Quadro Comunitário de Apoio, à custa de verbas que em principio não seriam gastas no Metro de Superfície de Coimbra; no entanto isto não aconteceu e os projectos continuam na CCDR para aprovação; o Município por si só, não tem capacidade financeira para avançar com eles, por isso os projectos encontram-se a aguardar financiamento, estão lá, espera-se que o financiamento venha a ser de 75%, provavelmente no III Quadro Comunitário de Apoio já não irá haver hipótese de o ter financiado mas de qualquer forma, disse, ser do conhecimento de todos que o próximo Quadro Comunitário que aí vem, aponta para as medidas do Ambiente e para as Tecnologias e se aponta para as medidas do Ambiente pensa ser uma boa oportunidade, uma vez que é um projecto que está completamente executado. Em relação à intervenção do Sr. Carlos Milheirão, disse que a única coisa que lhe pode dizer é que vai ver o que se passa com os passeios porque disse não ter conhecimento; uma vez que o Eng. Rui não esteve presente, o Sr. Vereador não quis estar ali a dizer outra coisa qualquer ou estar a inventar. No tocante aos lotes da Videira Norte, disse que se tem dito muita coisa e a altura não deixa de ser propícia a tal, mas o Sr. Vereador com toda a frontalidade e lealdade com que sempre pautou a sua actividade, disse que as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

coisas estão exactamente como estavam; o Sr. Carlos Milheirão esteve numa Acção em Tribunal onde o Sr. Vereador esteve também, ele em representação da Junta de Freguesia da Praia de Mira e o Sr. Vereador em representação do Município, sabem qual foi o resultado, foi favorável à Câmara, entretanto entrou uma nova acção em Tribunal sendo neste momento impossível registar o terreno, em virtude de haver uma acção pendente do Tribunal; disse ainda no tocante às pessoas dizerem que vão vender a preços mais baratos, que terão de assumir a responsabilidade dos seus actos, referiu estarmos numa democracia e assim cada um diz o que lhe apetece, depois terá que se responsabilizar pelos seus actos ou por aquilo que diz; que, enquanto a situação não for resolvida em Tribunal, ninguém faz o registo do terreno e enquanto este não for feito, ninguém consegue fazer nada; que, em primeiro lugar, os licenciamentos eram ilegais, depois sendo aquela infra-estrutura destinada a pessoas carenciadas, disse não estar a ver ninguém com capacidade financeira para construir sem recorrer a crédito, ao recorrerem ao crédito iriam começar os problemas; portanto, para terminar este assunto, disse que este impasse já dura há anos e que espera ver a situação resolvida quanto antes, apesar de não estar muito confiante. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Ramiro Acena no tocante à limpeza dos cursos de água, disse não ser uma competência directa da Câmara Municipal, mas esta enquanto representante do Município, tem não só responsabilidades como também a legitimidade para exigir a quem tem intervenção sobre a respectiva área para o fazer e frisou, que no passado foram já feitas algumas intervenções. Relativamente à reunião referida anteriormente, foi uma reunião sobre a intervenção na Barrinha e nos cursos de água e que não teve propriamente a ver com a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

limpeza; explicou que quando foi concursada a intervenção na Barrinha do Esmoriz, houve uma tentativa de concursar também, a limpeza dos Jacintos em Mira, que depois por razões internas da CCDR não foi concretizada e por este motivo a Câmara avançou com a limpeza em alguns cursos de água; que, não existe capacidade para o fazer por si só e neste momento o que se verifica é que vão havendo intervenções pontuais, dentro das possibilidades, com a colaboração fundamental dos elementos da Comunidade Local, Associações Locais etc., que já no passado tinha sido feito; efectivamente disse que os Jacintos são uma praga, fruto de quem trouxe os primeiros e também de quem potencia as condições para eles se expandirem com tanta facilidade, porque claramente há excesso de nutrientes na água que não deveriam estar; disse ainda que os Jacintos não têm só inconvenientes também têm alguns convenientes, nomeadamente vão retirando alguns nutrientes da água, contudo é necessário retirá-los para evitar que morra tudo o que existe por debaixo deles porque não deixam entrar luz; é um problema com o qual se vão debater durante muitos anos e como tal têm que tentar minimizá-lo. Em relação ao Mercado Municipal, Casa da Criança disse ter tido muita responsabilidade neste projecto e como tal assume as responsabilidades do que faz; o Mercado Municipal da Praia de Mira é um centro de custos para a Câmara Municipal, só que a Praia de Mira é uma instância turística e consegue pelo menos durante alguns meses no ano ter um movimento que o justifique, tem condições, tem talhos, câmaras frigoríficas, instalações sanitárias etc., mas fora daqueles meses o Mercado tem uma afluência muito reduzida; o projecto que ali estava não tinha nada disso, tinha outras características destinado a outro tipo de Mercado; que, nos últimos 10 anos a agricultura



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

em Mira alterou-se radicalmente e substancialmente; para além de outros constrangimentos, o Sr. Vereador disse ter-lhe parecido, na sua opinião pessoal, que a feira dos 23 já devia ter sido transferida há muito tempo para Portomar; que, parece-lhe ninguém ter coragem de o fazer; que, fique pelo menos para reflexão; disse ter muitas dúvidas em relação àquele Mercado e como surgiu a oportunidade de fazer uma boa infra-estrutura para a Casa da Criança, financiada pelo POEFS da Segurança Social; que, aquela obra neste momento está financiada, vão ser aproveitadas as paredes externas; a Arquitecta Carla fez um trabalho excelente, foi considerado muito excelente pela segurança social e pelo Ministério da Educação, que obrigatoriamente tinham de dar parecer; que, neste momento os fundos comunitários não estão a ser gastos e o nível de execução daquele projecto é baixíssimo; que, o Sr. Vereador juntamente com o Eng. Rui deslocaram-se a Lisboa há uns meses para prestar informações e a preocupação do gestor do Projecto foi se o projecto estava em execução ou não, quando lhe foi dito que estava concursado, adjudicado e consignado, o gestor disse que 90% das preocupações dele já tinham ido e de seguida explicou que existem muitas Instituições particulares de solidariedade social, que tinham candidatado Projectos e agora não conseguem arranjar os 25%, acabando por dizer que, se fosse cumprido minimamente a agenda que tinham para aquele Projecto poderiam contar com financiamento para o equipamento e para um mini autocarro para transporte de crianças, porque existe dinheiro excedente que vai ser gasto nas entidades que tenham cumprido a sua agenda; esta foi a reflexão que o Sr. Vereador na altura fez e que mais tarde ou mais cedo todos os partidos e todas as pessoas em Mira vão ter que fazer e que reflectir sobre Gestão Autárquica; disse que, é



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

muito bonito fazer equipamentos e dizer que, o que interessa é fazer e depois alguém há-de pagar, mas não pensam na sustentabilidade do Município fazendo com que a geração dos filhos e netos ainda paguem por isto, está-se hoje a hipotecar o futuro fazendo assim com que eles não tenham oportunidade de escolher; que, as pessoas vão ter que deixar de lado algum facilitismo e começar a pensar na sustentabilidade das coisas, no que efectivamente interessa e o que não interessa; que, os Municípios são territórios com pessoas lá dentro e que esta casa tem que ser vista como alguém que gere uma empresa, tem que haver receita para a despesa que é gerada e por vezes isso não acontece. Terminou com a informação do total das receitas dos anos 2003 e 2004 relativamente ao Parque de Campismo que foi de 349.251,00€ e de 321.137,00€ respectivamente, disse ainda que relativamente ao ano 2005 ainda não está apurada. -----
----- Usou da palavra o Sr. Narciso Patrão que mediante a intervenção do Sr. Pedro Nunes disse que uma vez que os Vereadores não estiveram presentes na reunião, não deviam ser acusados porque não tinham oportunidade de responder; que, o Sr. Pedro Nunes devia ter presente a declaração de voto que foi feita quando eles fizeram realmente um voto negativo nesse sentido, a declaração de voto não estava presente e se estivesse talvez dissesse alguma coisa daquilo que foi ali ouvido e condenado, julga ter sido feita qualquer declaração de voto que deveria ter acompanhado esse repúdio; que, se existe razão para tal repúdio, disse não estar contra isso, mas se é feita uma insinuação e eventualmente eles terão dito porquê e na presente reunião não estavam para o dizer. Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Prof.º Ramiro sobre o mercado, que não tinha condições para funcionar, que não era oportuno que funcionasse etc., disse



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que, a realidade é que estava feito e que seria normal que tivesse que levar algumas alterações; que, ninguém pode dizer que não iria dar resultado, pensa-se que não dava mas também se podia ter pensado que daria; que, para implantar lá a Casa da Criança têm que ser feitas grandes modificações mas se tivessem que ser feitas algumas modificações para o mercado talvez não fossem tão grandes; que, o facto de chegar e começar a deitar abaixo aquilo que está feito, faz com que “amanhã”, tenha que se admitir que venham outros e que digam que querem lá o Mercado e assim, deita-se a Casa da Criança abaixo e constrói-se o Mercado e quem paga é o contribuinte; que, era preferível fazer uma Casa da Criança de raiz do que uma adaptação; que, o que está feito não deve ser destruído, foi contra quem pôs a Casa da Guarda e a Casa das Urnas abaixo, porque se ela existisse até podia ser adaptada para outra coisa; que, assim não é a melhor forma de resolver as coisas, na sua opinião tem que ser conservado e melhorado aquilo que está feito. -----

----- O Sr. Pedro Nunes interveio para dizer que na sua intervenção tinha lamentado a ausência dos Srs. Vereadores e disse que podia ser distribuída uma cópia da proposta, que não era segredo; que, o votar contra não tem volta a dar-lhe, não há justificação para um voto contra uma atitude de um cidadão que deu gratuitamente um terreno; questionou quem é que se podia opor, a que ele dê livremente aquilo que é dele; a terminar disse ainda que a única declaração de voto existente na referida reunião, foi a do Sr. Vereador Dr. Agostinho que disse “concordando”; que primeiro votou contra e depois concordou; que, não pode aceitar que as pessoas eleitas e com responsabilidade, embora na oposição, tenham este tipo de atitude. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Luís Pinho para dizer que como já é do conhecimento de todos, faz parte da direcção da única associação ambiental deste Município; que há uns anos atrás em Mira, existia uma lixeira que ficava na estrada do Paredão, quando se vai para a Tocha; que, foi fechada e agora não existe lixeira; que, se forem dar uns passeios pela floresta não encontram uma, mas dezenas delas; desde o Seixo até às Cavadas deparamo-nos com vários locais onde as pessoas mal informadas e mal formadas, aproveitam para despejar desde lixo, entulho de casa, plásticos etc., disse ainda que estas pessoas são tão limitadas que chegam a despejar desde bilhetes até facturas onde surge o nome das pessoas; disse que, existe em Cantanhede o CEPNA que é um organismo militar da GNR que se dedica à protecção ambiental e que facilmente poderia ser feito uma queixa, bastava chama-los cá e mostrar-lhes, mas como o fundamental é a preservação do ambiente e não andar a acusar seja quem for, tentamos sempre que as coisas se resolvam a bem; que, na intervenção do Sr. Nelson, pessoa que presa muito, ele falou em sustentabilidade, e num concelho tão pequeno como este ela é fundamental; que, sustentabilidade é fulcral naquilo que se tem hoje, de forma que, aqueles que virão possam usufruir das mesmas coisas que se usufrui agora; que, quando se debruça de uma forma mais atenta sobre os problemas ambientais e a sua interacção com o Turismo, verifica que se está a destruir o pouco que ainda existe em termos ambientais; que, quando há uns anos atrás as pessoas chegavam a Mira e vinham aos antigos palheiros comer um peixinho fresco etc., vinham porque sabiam que havia qualidade, actualmente as pessoas já não vêm por estes motivos; actualmente o turismo baseia-se naqueles poucos metros de praia que existe, chegam, estacionam, pagam a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cota lá do estacionamento e ainda “ralham”, vão para a praia, comem um gelado ou outro, depositam o lixo e vão-se embora, porque poucos cá ficam; que, o motivo para isto acontecer é que, a sustentabilidade que tem que ser publicitada e divulgada, seja da direita radical até à esquerda extremista, é fazer algo pelo ambiente desta terra e não quando se fala na actuação da Barrinha, tendo como exemplo as Lagoas da Tocha, onde foi feita uma limpeza do mesmo género da que se pensa fazer na Barrinha que fez com que o peixe morresse todo de tal forma que agora, nem com a manutenção constante, estão a conseguir chegar ao ponto em que esteve, mesmo com a poluição que tinha na altura; que, como é que se pode falar em sustentabilidade e fazer uma operação na Barrinha, quando os cursos de água estão no estado em que estão, ou será que as pessoas não vêem que a Barrinha está poluída, o mesmo disse da Lagoa porque a Barrinha recebe o que a Lagoa recebe uma vez que a Lagoa é um vértice que recebe águas desde o Seixo, que vem sempre pelas antigas linhas de água que durante cerca de 30 anos foram arredadas e tapadas; que, não são atitudes políticas, nem são de A ou de B mas sim, factos que existem no concelho e que nada tem sido feito; que, fica chocado que todos os anos nas campanhas se fale no Ambiente e no Turismo e passados quatro anos as coisas estão exactamente na mesma; que, houve um excelente projecto nesta Câmara Municipal acerca do que se pretendia fazer no palhal do Seixo e nesta altura interroga-se porquê que aquele projecto não foi para a frente, porquê que não tiveram coragem para o fazer, porquê que ninguém tem coragem de fazer algo que pode custar muito hoje mas se o custo for dividido pelos anos que o projecto irá valer, é uma quantia irrisória que irá valer durante dez, quinze ou vinte anos; que, se de facto se quer



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ter um Concelho vocacionado para o Turismo, têm que perder o medo e apostar nas coisas que fazem trazer cá pessoas; desse ainda, para se dar valor nomeadamente às boas tradições, à óptima cultura gastronómica que os senhores do Corticeiro muito têm propagandeado, às pessoas que fazem bons petiscos como se pode verificar na feira da Praia de Mira, a uma cultura única no Concelho, na Lagoa existe um grupo que são os “caretos da Lagoa” que nada se tem feito por eles, mas se formos até ao norte verificamos que houve um Município que fez uma Casa do Careto, porque sabem que no país inteiro existem apenas dois ou três grupos semelhantes; que, há uns anos atrás tínhamos desde a Arte Xávega, à chincha etc., mesmo sabendo que isto é proibido, há uns seis meses foi feita uma actividade na Praia de Mira em que se deu a oportunidade de as pessoas verem pela primeira vez como era utilizada a chincha; terminou a sua intervenção dizendo que fica triste por durante quatro anos ter-se farto de ouvir falar no Ambiente e no Turismo, que é o fundamento desta terra, e não ter sido feito nada, apenas terem sido tapadas e arrançadas coisas, mas fazer de facto alguma coisa para que Mira siga em frente e se junte àquelas freguesias e autarquias que têm feito algo pelo Turismo, não aconteceu; sugeriu que se aposte na agenda 21 para este Concelho, na Bandeira Verde para o Município, na requalificação de todos os cursos de água, desde a vala da Varziela passando pelo Palhal, passando por tudo aquilo que sabem que lá está e tem valor mas que, ninguém teve coragem para dizer “basta” de andar a fazer propaganda por algo que depois não se torna operativo. -----

----- O Sr. Vereador Nelson interveio para dizer que em relação à intervenção do Sr. Pedro Nunes nada tinha a dizer, já no tocante à intervenção do Sr. Narciso, no que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

respeita ao mercado, disse ser uma questão de reflexão dele, não comentou o facto da reflexão estar certa ou errada mas disse que o Mercado Municipal da Praia de Mira tem características que lhe permitem o seu funcionamento durante uma época especial do ano; que, o Mercado de Mira estava direccionado para a agricultura local; que, há doze anos atrás quando foi feito o PDM do Concelho, a realidade assentava essencialmente na actividade agrícola e hoje a realidade é outra, os consumidores têm tendência para sítios onde abarquem um grande conjunto de produtos; que, na sua opinião não se está a estragar tanto como lhe parece; que na intervenção do Sr. Narciso, quando disse que há que conservar e melhorar o que está feito, disse concordar com a sua ideia mas, quando não é imposta a alteração, no caso concreto foi imposta a alteração; disse ainda que o Município não tem assim tanta riqueza que possa dar-se ao luxo de manter infra-estruturas que oneram o Município; que, há quinze anos atrás aquele mercado tinha todo o sentido, permitindo a alguns agricultores fazerem algum dinheiro e comercializarem alguns dos produtos que produziam mas neste momento a realidade é outra. Em relação à brilhante intervenção do Sr. Luís Pinho disse comungar das preocupações dele e que está de acordo com, quase tudo, o que disse mas não concordou quando foi dito que a AAMARG é a única Associação Ambientalista do Concelho, existe também o Escutismo; no tocante às lixeiras disse ser uma questão de civismo, nunca teve a responsabilidade directa desta área mas pensou várias vezes lançar uma campanha de um Concelho sem lixeiras, reconhecendo contudo que é um trabalho que vai demorar anos e que terá de haver um envolvimento Comunidade - Escola para produzirem resultados daqui a uns anos; relativamente às questões do Turismo, disse ter ouvido uma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

vez um operador alemão dizer que a Praia de Mira na década de 70 tinha muita procura pelos turistas da Europa Central e agora deixou de ter pelo facto de terem aparecido outros destinos muito mais baratos e porque naquela década podíamos ver ainda a gastronomia e as tradições do sitio, hoje foi tudo globalizado; que, na gastronomia de ano para ano verifica-se que os pratos da cozinha tradicional vão, cada vez mais, dando lugar a outros pratos muito mais rápidos mas que os operadores de restauração deste Concelho têm de interiorizar que existe muitas pessoas que vão ao Colmeal à procura do bacalhau mas ninguém vem de Coimbra ou de Aveiro a Mira para comer um bife com ovo a cavalo e enquanto isto não for interiorizado vai ser muito complicado; relativamente à intervenção na Barrinha disse que tem sido uma luta constante durante estes anos com o INAG porque não faz sentido fazer uma intervenção na Barrinha sem primeiro fazer uma em todos os cursos de água; que, existem fontes de poluição já referenciadas há vinte anos e que ninguém ainda teve coragem de por fim e de afrontar interesses; no respeitante aos projectos ambientais, disse estar particularmente à vontade uma vez que trabalhou em alguns, são trabalhos que não se fazem em quatro, nem em oito anos, mas tem que ser um trabalho contínuo; que, o palhal está na CCDR à espera de pareceres e que o país está atrofiado entre outras coisas por quem tem a responsabilidade do ordenamento; que, não se compreende a morosidade e os entraves que existem naquilo que é fundamental para o desenvolvimento das populações; que, concorda que Mira tem que se virar para o Ambiente na óptica da exploração do Turismo, apostar nas tecnologias, fazer como os povos da Europa, apostar na inovação, no desenvolvimento e na requalificação urbana; que, neste campo há que haver também



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

coragem de enfrentar algumas coisas para evitar aglomerados completamente descaracterizados. -----

----- Interveio o Sr. Carlos Monteiro para esclarecer o seu colega de bancada, o Sr. Luís Pinho, que de facto os Escuteiros têm no regulamento interno a defesa do Ambiente, é um grupo que serve também para defender o Ambiente; que, o problema da Barrinha não é só visto a nível local mas também a nível nacional, há grupos a quererem resolver este problema. Em seu nome e em nome da bancada despediu-se do Sr. Vereador Nelson dizendo-lhe que as vezes que teve intervenção nesta Assembleia foram sempre correctas e esclarecedoras e que teve uma grande sensibilidade para as questões Ambientais; que, pode verificar também que foi a pessoa que mais conheceu os protocolos e os dossiers da Câmara, por tudo o muito obrigado ao Sr. Vereador. Ao Sr. Presidente da Assembleia, disse que numa primeira fase esteve muito ligado ao Executivo, mas que depois, desta primeira fase, foi um homem extraordinário na direcção na Assembleia, um homem que é capaz de louvar alguns discursos que foram feitos pela oposição tem que ser um bom presidente; que, no tocante à parte pessoal ganhou um bom amigo. -----

----- Usou da palavra o Sr. Dr. Luís Rocha para dizer que, é a última reunião em que vai estar; que, foi com honra e com muito orgulho que esteve assente neste órgão Municipal, oficialmente em representação do Seixo mas sempre em nome e em defesa de Mira; que, se esforçou por ter tido sempre uma postura e uma atitude séria; que, defendeu sempre a sua terra naquilo que entendeu que ela merecia e sempre que achou, que a Câmara não iria por bons caminhos fez o seu reparo mas nunca deixando de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

aplaudir todos os Executivos, quando os esforços deram bons resultados para Mira; disse sair satisfeito, não por ter conseguido tudo, mas porque neste órgão sempre debateu todos os temas, defendeu as suas ideias e viu-as serem ali defendidas com elevação; disse reconhecer que a grande maioria dos eleitos e daqueles que estiveram na Assembleia neste doze anos, mais que as cores políticas, defenderam as cores de Mira; que, a sua maior satisfação e o seu maior orgulho foi, dentro daquilo que já foi ali dito, não ter criado inimizades mas pelo contrário fez amigos e no tempo em que os valores são esquecidos, é de facto uma das grandes marcas que leva destes doze anos; para terminar deixou o reconhecimento de todos os colegas que estiveram daquele lado, de uma forma particular, aos membros da mesa que nem sempre é fácil dirigir uma Assembleia Municipal; que, os membros foram muito dignos do papel que exerceram com absoluta isenção; deixou também uma palavra aos membros dos Executivos Municipais, de uma forma especial, àqueles que estiveram naquela reunião pela última vez e deseja àqueles que seguirem, que saibam honrar o bom nome, que tanto lutaram por dar a Mira nestes doze anos. -----

----- O Sr. Dr. José Balugas interveio para, na mesma linha que os seus colegas, dizer que foi para ele um grande orgulho ter participado nos trabalhos daquela Assembleia durante doze anos; que, ali tinha aprendido a crescer politicamente e como cidadão, a amar ainda mais Mira e o Concelho; aprendeu ainda a respeitar as opiniões de todos, independentemente de serem diferentes das suas ou por muito radicais que elas sejam; sublimou ali na pessoa da D.^a Arminda o valor da amizade; que, ao intervir garantiu sempre que não ofendia as outras pessoas, defendeu sempre aquilo que tinha que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

defender preservando esse valor e ainda se possível melhorando-o; que, é o maior valor que leva dali e que irá preservá-lo para toda a vida e espera que as cores partidárias não manchem nunca a amizade. Para terminar desejou aos que saem e aos que ficam as maiores felicidades e pediu a todos que o espaço de intervenção política não seja ali esgotado, todos são necessários para encontrar o caminho e o rumo para o desenvolvimento do Concelho. -----

----- O Sr. Vereador Nelson interveio mais uma vez, para agradecer ao Sr. Carlos Monteiro por aquilo que disse a seu respeito; que tinha visto alguma emoção naquilo que disse, portanto foi sentido; que, exagerou quando se referiu a amizade que lhe tem, mas como nunca se tem o valor, que se acha que se tem, mas sim o valor que nos é dado; que, existiram coisas que fez mal mas que já tomou consciência delas e outras que fez mal mas que virá a reconhecer mais tarde e ainda outras que porventura fez bem; que, sai de consciência tranquila e muito provavelmente irá ser o fim da sua participação na vida autárquica; que, aprendeu muitas coisas e que muitas vezes a sua verdade era diferente da verdade dos outros e a verdade dos outros era tão verdade como a sua; que, nunca foi para Assembleia, enquanto Deputado, sem estudar os dossiers que lhe eram enviados e sem levar um sentido de voto, mas pode dizer publicamente que no decorrer dos debates, alterou o seu sentido de voto, porque o debate enriqueceu-o com abordagens que não tinha feito; que, muitas vezes apercebeu-se que estava errado mas aprendeu a fazer amizade na diferença; que, no decorrer do seu primeiro mandato criou uma amizade com o Sr. Narciso, cimentada na divergência, divergiam muita vez, mas sempre com lealdade mútua; que, aconteceu o mesmo com



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

outras pessoas da Assembleia; que, o ajudou a crescer, a ver a vida com outros horizontes e a não ter tantas certezas; que, quando chega ao momento de tomar decisões, toma-as mas nunca com a certeza que está a fazer o melhor, naquele momento pensa ser o melhor; que, aprendeu muito com a D^a Maria Arminda e com todas as pessoas da geração dela; que, o ensinaram e que fizeram dele muito do que é hoje. -----

----- Usou da palavra o Sr. Dr. Gabriel da Frada para dizer que não estão de abalada, não estarão fisicamente na próxima Assembleia mas continua a ser politico talvez até com mais afinco politico, não no sentido partidário mas no sentido de se interessar pela sua terra; que, cada vez tem mais curiosidade em conhecer as raízes históricas, a cultura, a maneira de ser e de pensar; que, sai da Assembleia muito mais rico, não por pouca ou muita competência mas porque tem de existir renovação dos órgãos; que, na sua perspectiva o Concelho necessita muito mais do Sr. Dr. Luís Rocha a gerir o concelho, do que necessita do Gabriel da Frada a gerir a Assembleia; defendeu sempre o direito a ter opinião; conhecia já o Sr. Narciso, o Sr. Prof. Ramiro, o Sr. Dr. Rocha Castelhana, a Anita, estes eram onde chegavam os seus conhecimentos, foi uma surpresa brutal ter encontrado a Elzita e saber que ela tinha sido uma professora extraordinária de Português lá para a sua terra; adorou a coragem e frontalidade do Sr. Carlos Milheirão, o Sr. Luís Pinho é um valor que está a despertar, o “Carlão” foi uma surpresa, não é apenas grande fisicamente, também tem uma boa cabeça; terminou agradecendo tudo aquilo que lhe acrescentaram para continua interessado neste Concelho, “muito obrigado”. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia”:** -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara reportou-se ao Resumo Diário de Tesouraria n.º 185, de 29 de Setembro corrente, o qual acusa em operações orçamentais um saldo no montante de 974.943,92€ (novecentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos). -----

----- **PONTO DOIS: Aprovação da 6ª Alteração Orçamental, 6ª Alteração ao PPI e 6ª Alteração às AMR e autorização da repartição de encargos emergentes do contrato n.º 32/05 – Empreitada de Requalificação do Largo da Presa, nos termos do art.º 22º. Do D.L. n.º 197/99, de 08/06.** -----

----- O Sr. Vice-Presidente interveio para dizer que quando uma empreitada ou uma obra se reflecte no ano seguinte e quando são de um montante que se torna obrigatório submeter ao Tribunal de Contas, este exige uma deliberação Municipal e uma deliberação da Assembleia, no sentido de ser autorizada a repartição dos encargos para o ano seguinte, encargos estes que se vão reflectir no Orçamento do próximo ano; que, esta obra tanto quanto foi apurado junto dos serviços de Contabilidade não era obrigatória ser submetida a parecer do Tribunal de Contas, de qualquer das formas a Lei recomenda que se tenha o procedimento idêntico e como parte desta obra vai ser executada no próximo ano, é forçoso submetê-lo a parecer da Câmara, esta delibera e depois submete-o à Assembleia Municipal; terminou dizendo que apenas pode adiantar que se trata da requalificação do Largo da Presa. -----

----- Usou a palavra a Prof. Maria Elzita para questionar se esta é a 6.ª Alteração ao



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Orçamento e ao PPI, disse que em Agosto foi feita a 4.^a Alteração então onde está a 5.^a Alteração. -----

---- Relativamente à questão da Sr.^a Prof.^a, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que a 4.^a Alteração e a 6.^a careceram de deliberação da Assembleia Municipal, e a 5.^a Alteração não, por este motivo não foi levada à Assembleia. -----

----- Interveio novamente a Sr.^a Prof.^a para dizer que na sua opinião, parece-lhe que são muitas mudanças ao Orçamento e ao Plano, estando assim a dar razão a quem considerou o Plano e o Orçamento demasiado ambiciosos; que, os considera também pouco consistentes; que, neste período particularmente sensível, fazer tantas alterações e reforçar intervenções pontuais, parece-lhe ter sido uma atitude eleitoralista de desespero. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Pinho para pedir um esclarecimento relativamente à rubrica 0602.08.07.01- AMR- Subsídios colectividades para obras e equipamentos – 20.000,00€; perguntou ainda para quem são destinadas estas verbas, se são verbas a título de subsídio, se está protocolado alguma actividade ou se baseia simplesmente num donativo para ajudar o bom funcionamento das Associações. -----

----- Relativamente à questão da Prof.^a Elzita, o Sr. Vice-Presidente disse que a obra não arrancou a tempo de ser executada toda este ano, por este motivo vai ter que passar para o próximo ano; no tocante à intervenção do Deputado Luís Pinho, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que, no caso concreto os subsídios têm que corresponder a necessidades referenciadas e justificadas das Associações; que, por exemplo uma Associação que tenha um polidesportivo e que necessite de realizar obras de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

manutenção e não tem capacidade para o fazer, nestes casos, a Câmara dentro daquilo que considera as necessidades e prioridades, obviamente apoiará a Associação; relativamente aos 20.000,00€, disse que, terá que haver um documento que os justifique. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria** com oito abstenções dos Deputados do Partido Socialista e onze votos a favor dos Deputados do Partido Social Democrata e do Deputado Dr. José Balugas.-----

----- **PONTO TRÊS: Aprovação da alteração de regime simplificado ao Plano Director Municipal de Mira, nos termos do art.º 79º. Do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção.** -----

-----Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que o D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro rege a elaboração dos Planos Municipais do Ordenamento do Território, sejam eles de que tipo for. Aproveitou para informar que a Comissão Mista de Coordenação de revisão do Plano Director Municipal de Mira reuniu pela primeira vez na semana passada; que, existem as alterações propriamente ditas e as alterações de regime simplificado que abrangem pequenos ajustes aos planos; que, a alteração que está proposta tem como fim sanar duas situações: a questão do Marco Soalheiro, que ninguém entende nem como, nem porquê, está fora do Plano Director Municipal; que, em termos oficiais aquela povoação não existe, se aquelas pessoas necessitarem de mexer na sua abra, não existe instrumento legal que dê cobertura; que, é uma situação inadmissível que exige alguma urgência e que não vai ficar à espera pela revisão do PDM. Por outro lado, esta alteração serve ainda para corrigir a situação verificada nas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Cavadas, onde a zona urbana está delimitada por uma curva de nível e não por um caminho que já lá existe há muitos anos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que o PDM tem vindo a sofrer muitas alterações porque não foi bem pensado e executado no seu início; que, estas sucessivas alterações dão uma má imagem; que, era fundamental existir um plano devidamente definido, mas infelizmente ele não existe e portanto tem que se trabalhar com aquilo que existe. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para esclarecer que já ali tinham sido feitas alterações do regime simplificado a alguns Planos de Pormenor, ao PDM, desde que ele foi elaborado é a primeira proposta; que, foi recentemente iniciada a revisão que há-de altera-lo profundamente porque a realidade socio-económica do Concelho de Mira é muito diferente quando comparada com aquilo que era quando o Plano foi elaborado. ---

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO QUATRO: Autorização, nos termos do disposto na alínea m), do n.º2, do art.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, para celebração de protocolo referente à generalização do ensino de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico.** -----

----- Relativamente a este ponto o Sr. Vice-Presidente disse que segundo as orientações do Ministério da Educação é urgente alargar o Ensino do Inglês a toda a Comunidade Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e cada Município vai ter de encontrar a melhor maneira de o fazer adaptadas à realidade do seu meio com as escolas. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que esta foi das



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

iniciativas mais extraordinárias tomadas pelo Governo no Plano da Educação porque o Inglês é indiscutivelmente uma ferramenta de trabalho para tudo. -----

----- Usou da palavra o Professor Luís Lourenço para dizer que o protocolo, de um modo geral, cumpre aquilo que está estipulado no despacho 14753/2005 de 5 de Julho onde está prevista a generalização do Ensino do Inglês para o 3.º e 4.º ano; que, pena é que muita da legislação que saiu durante este verão não tenha tido contemplação pelas realidades locais e pelas dinâmicas existentes localmente; que, o referido despacho em relação a Mira não trouxe nada de novo, pelo contrário, veio trazer um retrocesso, salvaguarda a situação do Inglês que se generalizou a nível nacional, contudo houve outra legislação subsidiária que acabou por trazer muitas implicações à organização das Escolas, nos horários dos professores, nos créditos de horários que as escolas tinham para outras actividades a nível extracurricular; que, os alunos do 4.º ano nos últimos anos têm usufruído do Inglês, da expressão Musical, da Informática, da Natação etc., assim no presente ano lectivo vão passar a usufruir só do Inglês; pena é que muita da legislação publicada tenha sido “à socapa” porque apanhou muita gente em período de férias. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO CINCO: Autorização, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º. Da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para cedência do direito de superfície de terreno sito na Lagoa, freguesia de Mira, ao Corpo Nacional de Escutas – Junta Regional de Coimbra, destinada à construção do centro Ambiental de Escuteiros da Região de Coimbra.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que o terreno em causa é o terreno onde tem estado a Carreira de Tiro e que a Junta Regional apresentou uma proposta da realização de um Centro de Formação Ambiental; que, existe já um programa bem definido e mesmo sendo aprovado por esta Assembleia Municipal, de seguida ainda haverá um longo caminho a percorrer uma vez que grande parte daquele terreno está em Reserva Ecológica e uma das coisas possíveis de acontecer é o pedido de declaração de interesse público ter que ir à Assembleia, por forma a poder ser feito lá o equipamento com uso compatível com a Reserva Ecológica Nacional que é precisamente o que o CNE pretende; que, se pretende fazer um Centro de Formação Ambiental para os seus jovens, semelhante ao existente na Suíça, onde os Escuteiros chegam, é-lhes apresentado um conjunto de actividades com o objectivo de ficarem a conhecer a região; que, os Escuteiros vão para o Centro de formação Ambiental e os familiares para as unidades hoteleiras à volta que, ajudou fomentar a actividade económica; que, o CNE compromete-se a fazer todas as contratações de serviço e aquisição de bens no Concelho de Mira e protocolar com as Juntas de Freguesia; que, as vantagens são evidentes tanto para o CNE como para o próprio Município e que esta infra-estrutura poderá dar alguma dinâmica à zona da Lagoa e Praia de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Narciso Patrão para dizer que, na sua opinião, se chegar a ser feita a variante pensa que o terreno não será suficiente para deixar 5,3 há; que, pelo prazo de 50 anos parece-lhe tempo demais; que, era preferível fazê-lo por períodos menores. -----

----- Usou da Palavra o Sr. Deputado Luís Pinho para dizer que já não é a primeira vez que fala da situação do Campo de Tiro na Lagoa e dos problemas que causam a todos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nós. Sabendo que existem alguns projectos e que já foram cortadas algumas árvores, perguntou para quando este Campo e qual o papel da Autarquia na referida infraestrutura; que, sem que a Assembleia desafecte aquele terreno, não pode ser lá construído o referido Centro de Formação Ambiental, então porquê que se vem agora ceder o direito de superfície sem antes desafectar o terreno; contudo mostrou a sua satisfação por ir ter tão ilustres vizinhos; que, sabe bem o trabalho que os Escuteiros têm vindo a desenvolver no país inteiro; com a mesma satisfação também se referiu ao Campo de Tiro. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Lourenço para dizer que relativamente à cedência do direito de superfície terá que existir cláusulas, nomeadamente a contemplar que deve figurar o direito de reversão sem qualquer tipo de indemnização. -----

----- Interveio novamente o Sr. Luís Pinho para questionar que, visto existir um edifício naquele lugar que pensa não fazer parte do Património do Município, qual a situação do referido edifício; que, colocou esta questão para evitar que seja criado mais um entrave aos Escuteiros, ao estar a ser cedido um terreno que tem uma construção e um património que não é da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para esclarecer que aquele edifício fazia parte do Ministério da Guerra, que ofereceu à Câmara para esta comprar o edifício; que, não-de existir documentos na Câmara que o comprove. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que se trata de um Movimento Mundial e que efectivamente é uma extraordinária fonte de Educação Ambiental; que, vai ser um travão a futuras pretensões de alterar ou atentar contra o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Ambiente, sobretudo sendo única no país, irá trazer um reconhecimento não só Nacional como Internacional. -----

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que sem se dirigir concretamente a nenhum dos Srs. Deputados, tentará esclarecer todas as questões levantadas. Relativamente às cláusulas do direito de superfície disse que, concorda que elas terão de ficar muito bem claras; que, o terreno é Municipal desde 12 de Julho de 1978, data em que foi autorizada a cessão a título definitivo e mediante compensação de 20.000\$00 dos terrenos que integram a Carreira de Tiro Civil de Mira para serem aplicadas em obras de Urbanização Turísticas e Desportivas; que, neste momento o PDM de Mira inviabiliza praticamente tudo isto; que, fazer o direito de superfície por menos de 50 anos era por o CNE a fazer um investimento brutal, sem ter garantias que o iria ocupar, pelo menos, durante o tempo que o justifique; que, o que se pretende fazer não é um investimento tão pequeno como isso, os 50 anos foi o tempo considerado razoável para o investimento em causa; que, neste momento faz parte dos órgãos do CNE a nível regional um técnico da CCDR, que sabe como isto funciona e portanto, o projecto proposto pelo CNE já se conforma àquilo que a Reserva Ecológica permite; que, o facto de o terreno estar numa zona protegida atrasa e dificulta a concretização dos projectos, mas pensa que este projecto poderá servir e ser vantajoso para as duas partes; que, o CNE fica com uma coisa modelar a nível Europeu, fica publicitado na rede Mundial de Campo-Escolas e por outro lado seria uma maneira de trazer pessoas de todo o país e da Europa ao Município. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido aprovado **por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Luís Pinho para dizer que votou favoravelmente e que enalteceu tal atitude, disse ainda só ter pena de não ser para arrancar já. -----

----- **PONTO SEIS: Aprovação do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Mira e Filarmónica Ressurreição de Mira, tendo em vista a cedência gratuita do edifício da Casa da Música.** -----

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que a Casa da Música ficou pronta; que, vai ter que servir para todas as Associações que, de alguma forma, se dedicam à música como cultura ficando a gestão entregue à Filarmónica de Mira. -----

----- Usou da palavra o Sr. Carlos Milheirão para dizer que folga em saber que a Casa da Música está pronta a receber músicos, contudo, questionou o Executivo relativamente à não celebração do protocolo com o Centro Cultural que já está a funcionar há bastante tempo. -----

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que ainda não se tinha apercebido que o Centro Cultural está sem protocolo, ficando assim de verificar o que se passou para tal acontecer. -----

----- Interveio o Sr. Narciso Patrão para dizer que na inauguração da Casa da Música ouviu dizer que a casa seria também para uso do Grupo Coral; mas como vai ficar exclusivamente ao arbítrio da Filarmónica, gostaria que as coisas ficassem bem definidas para que o Grupo Coral saiba quando pode usá-la. -----

----- Interveio o Sr. Prof. Ramiro para questionar se o Grupo Coral de Mira pretender estabelecer um protocolo para ter direito a usar a casa da Música, fá-lo à Câmara



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal ou à Banda Filarmónica de Mira. -----

----- Interveio o Sr. Luís Pinho para dizer que o art. 8º, g) do protocolo não faz sentido porque, se a Casa da Música é para várias Associações como é que pode ser obrigação da Filarmónica pagar todas as despesas inerentes à água, electricidade, gás etc.; que, se existem outras Associações a beneficiar que haja também um contributo mediante a utilização do espaço. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que em relação à questão levantada pelo Sr. Prof. Ramiro, no art. 9º do protocolo onde diz “*Fica aberta a possibilidade de a Câmara Municipal pôr à disposição de outras colectividades do concelho a totalidade ou parte das instalações que compõem a Casa da Música, procurando-se, no entanto, conciliar os interesses das várias localidades envolvidas, designadamente mediante o estabelecimento de horários para a utilização das instalações por parte de cada uma das colectividades.*” a Câmara tinha duas escolhas: assumir a casa, por si só, com os encargos inerentes de lá ter funcionários a fazerem a gestão do espaço, ou entregar a uma Associação que corria o risco de ter encargos; que, mediante o referido protocolo a Filarmónica não é tão beneficiada como parece porque fica com o encargo do espaço; disse ainda que é também uma questão de senso que, se efectivamente houver Associações a utilizarem a Casa com alguma assiduidade, obviamente a Câmara Municipal terá de alguma maneira compensar a Filarmónica; que, o protocolo deixa a possibilidade de por à disposição de outras colectividades do Concelho a totalidade ou parte das instalações que compõem a Casa da Música. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que não há dúvidas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que se trata de uma Casa da Música Municipal, aberta a todas as Associações que estejam ligadas à Música; que a gestão está entregue à Filarmónica que é a instituição que tem mais nome, mais prestígio e eventualmente mais sócios neste momento no Concelho. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO SETE: Autorização nos termos da alínea i) do n.º 2, do art. 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na actual redacção para Arrendamento de Terreno Municipal, sito em Casal S. Tomé.** -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para dizer que o Sr. Manuel Augusto Ribeiro Madaíl formulou um pedido à Câmara de arrendamento por 30 anos, de um terreno com 3,7 hectares em Casal de S. Tomé; que, é um terreno inculto, propriedade do Município e que está abandonado; que, a Câmara entendeu que é uma forma de manter o terreno em boas condições e ao mesmo tempo evitar que seja indevidamente usurpado por alguém; que, a Câmara entendeu não formular o contrato pelo tempo pedido, mas por 10 anos e com uma renda anual de 200,00€-----

----- Interveio o Sr. Carlos Milheirão para dizer que não tinha conseguido determinar exactamente, através da fotografia que lhe tinha sido facultada, onde se situa o terreno. Disse saber que o Sr. Madaíl é criador de gado, mais concretamente de vacas; que, por experiências anteriores os cursos de água têm sido vítimas deste tipo de actividade; questionou se o terreno vai servir para cultivo de alimento para o gado, ou se, ao longo dos 10 anos o protocolo inicial será adulterado e para além de ter pastagem passe também a ter vacarias; que gostava de saber até que ponto isto tinha sido precavido e se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

existe alguma coisa que evite a hipotética intenção de o senhor colocar lá gado. -----

----- O Sr. Vice-Presidente esclareceu que o terreno é perto do Moinho do Sr. Prina, próximo de um curso de água e é exclusivamente para cultivo; que, o interesse por aquele terreno por parte do Sr. Madaíl, foi por estar perto de um curso de água; que, estamos a viver um período de seca e aquele terreno pelo facto de estar perto da água é um terreno húmido e não necessita de tanta rega. Disse ainda que se o terreno for utilizado para fins indevidos a Câmara imediatamente fará cessar o contrato de arrendamento. -----

----- Usou novamente da palavra o Sr. Carlos Milheirão para dizer que ainda não tinha tido tempo de ler com atenção o protocolo, celebrado entre a Câmara Municipal de Mira e o Sr. Madaíl, para verificar se existe alguma linha que preveja a retirada do terreno ao Sr. Madaíl, caso ele não cumpra o protocolo. -----

----- O Sr. Vice-Presidente disse que ainda não existia contrato de arrendamento, porque ainda não tinha sido aprovado pela Assembleia mas que, quando o contrato for celebrado terá as devidas cláusulas. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção da Professora Ana Baião. -----

----- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Nunes que em gesto de despedida felicitou todos aqueles que vão deixar de ter voz interventiva na Assembleia; disse também que,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a bancada do PSD subscreve tudo aquilo que foi dito no período antes da ordem do dia. Acerca daqueles que os vão deixar disse que, terão voz participativa nas sessões ordinárias e tiveram uma causa comum que foi a defesa dos interesses do Concelho. Felicitou ainda o trabalho realizado pela Secretária da Assembleia, Olívia Eulálio; felicitou o Vereador Balseiro que, não vai fazer parte do próximo Executivo, pelo trabalho desenvolvido na área da Cultura e Educação; o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Nelson Maltez, com uma palavra de apreço especial pela forma como substituiu o Sr. Presidente da Câmara nas suas ausências, demonstrando um conhecimento profundo dos dossiers que foram levados a todas as sessões; que, esteve sempre no seu melhor, nunca se furtou a respostas esguias e que falou sempre com verdade; para terminar felicitou também o Sr. Presidente da Mesa, que quando chegou àquela Assembleia vinha realmente com a costela de Odivelas, os Gandareses são mais “mansos” e como tal não estavam habituados a intervenções duras e puras como o Sr. Presidente já tinha referido; que, todos esperam que não deixe de ter uma participação activa no Concelho, nomeadamente naquelas questões Culturais, como foi há pouco tempo no Seixo, no lançamento do livro; que, o Concelho só terá a ganhar com a sua participação, em particular neste campo que muito os agrada. -----

----- Usou da palavra o Sr. Narciso Patrão para dizer que ele e a D.^a Arminda devem ser as pessoas mais veteranas na Assembleia, deixou-lhe uma saudação muito especial por o ter acompanhado a favor, contra e questionando-se um ao outro, sem nunca terem fugido daquela linha que consideram correcta. Elogiou também a Secretária das Actas, Olívia Eulálio, disse ter feito um trabalho excelente. Cumprimentou todos sem excepção



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

e para terminar pediu àqueles que vierem que, vejam nos seus erros a emenda que têm que fazer. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia terminou dizendo que a D.^a Olívia é o símbolo de que os funcionários da Câmara têm muito mais valor do que aquilo que são apreciados lá for, bem como o Vice-Presidente, Nelson Maltez, prova que nem sempre as pessoas que saem, é por falta de votação ele é, indiscutivelmente, altamente competente para estar no Executivo Camarário, deixando um agradecimento especial ao empenho dado pelo Sr. Vereador ao Concelho. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----
